

PROVA OBJETIVA – MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE

Atenção: a frase a seguir deverá ser transcrita no espaço reservado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas.

Trabalho decente não é um privilégio, mas um direito humano inalienável.



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e folhas de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

Leia o trecho a seguir.

Ao iniciar um romance, o escritor é semelhante ao capitão de um navio de guerra, partindo de viagem com ordens seladas no bolso. Mas, ao abrir o envelope, já em alto-mar, descobre ele que a mensagem foi escrita com tinta invisível. Não a pode ler. Está, entretanto, consciente do dever a cumprir, pois é comandante de um navio de guerra e não de um barco de recreio. As ordens indecifráveis, porém imperativas, que guarda no bolso, enchem-no com a consciência de sua responsabilidade. Nisso reside a missão do escritor.

Assinale a opção que **não está de acordo** com a significação ou a estruturação do texto.

- (A) O escritor tem uma missão nobre, que deve ser cumprida, independentemente dos obstáculos.
- (B) O texto é estruturado em linguagem figurada, apoiado na analogia de escrever com comandar um navio de guerra.
- (C) O ato de escrever é comandado por Deus, que escreve suas ordens com tinta invisível.
- (D) Escrever não é essencialmente uma tarefa prazerosa (barco de recreio), mas uma tarefa responsável e cheia de obstáculos (navio de guerra).
- (E) No texto, a literatura é vista como uma missão de responsabilidade, ainda que o tipo de responsabilidade referida não esteja explícito.

2

A paciência torna mais leve o que não é possível remediar.

Assinale a opção que indica uma observação correta a respeito da significação e/ou da estruturação da frase acima.

- (A) A forma verbal “remediar” poderia ser adequadamente substituída por “que se remedie”.
- (B) A oração adjetiva “que não é possível remediar” pode ser substituída adequadamente pelo adjetivo “irremediável”.
- (C) A expressão “não é possível” poderia ser substituída corretamente pelo adjetivo “impossível”.
- (D) A oração “que não é possível remediar” está adjetivando o pronome demonstrativo “o”.
- (E) O adjetivo “leve” representa uma qualidade e está em função de predicativo do sujeito.

3

Observe a seguinte frase do escritor italiano Cesare Pavese:

É bom escrever porque reúne as duas alegrias: falar sozinho e falar a uma multidão.

Assinale a opção que mostra uma afirmação adequada a esse pensamento.

- (A) “falar sozinho” e “falar a uma multidão” mostra uma incoerência textual.
- (B) Com a expressão “falar sozinho”, o autor da frase se refere à possível ausência de um interlocutor no caso da escrita.
- (C) “falar sozinho” é certamente uma referência a um hábito pessoal do enunciador da frase.
- (D) “falar a uma multidão” é uma referência ao fato de os textos se referirem a muitas realidades do mundo.
- (E) Uma das alegrias referidas no texto é a de conseguir ser compreendido por uma multidão de pessoas.

4

Assinale a frase que deve apresentar uma vírgula.

- (A) A estrada do excesso conduz ao palácio da sabedoria.
- (B) A moderação é sempre a tática preferível.
- (C) Ao homem sábio são mais úteis os seus inimigos do que ao tolo os seus amigos.
- (D) Em geral na natureza humana existe mais tolice do que sabedoria.
- (E) Um homem sábio viverá tanto nos limites da própria presença de espírito quanto nos da própria renda.

5

Leia o texto a seguir.

O fato de uma opinião ser amplamente compartilhada não é nenhuma evidência de que não seja completamente absurda; de fato, tendo-se em vista a maioria da humanidade, é mais provável que uma opinião difundida seja mais tola do que sensata.

Bertrand Russell. Marriage and Morals. H. Liveright, 1929, p. 53.

Assinale a afirmativa que indica corretamente o significado ou a estruturação do texto citado.

- (A) O texto se opõe ao pensamento de que um argumento seja considerado verdadeiro porque se apoia no que pensa a maioria das pessoas.
- (B) O autor mostra a vantagem de uma opinião ser amplamente compartilhada a fim de que se torne mais segura.
- (C) O texto é do tipo argumentativo, pois apresenta uma tese, ainda que não acompanhada de argumentos.
- (D) A opinião final do texto é apresentada como certeza a fim de melhor convencer o leitor.
- (E) O texto se estrutura com a apresentação de um contra-argumento seguido da apresentação da opinião contrária.

6

Assinale a opção cujo segmento, retirado do romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, mostra uma mistura de texto narrativo e descritivo.

- (A) A festa acabou tarde; a madrinha foi a última que saiu, deitando a bênção ao afilhado e pondo-lhe no cinto um raminho de arruda.
- (B) Quando saltaram em terra começou a Maria a sentir certos enojos: foram os dois morar juntos: e daí a um mês manifestaram-se claramente os efeitos da pisadela e do beliscão; sete meses depois teve a Maria um filho, formidável menino de quase três palmos de comprido, gordo e vermelho, cabeludo, esperneador e chorão.
- (C) Depois do minuete foi desaparecendo a cerimônia, e a brincadeira aferventou, como se dizia naquele tempo. Chegaram uns rapazes de viola e machete: o Leonardo, instado pelas senhoras, decidiu-se a romper a parte lírica do divertimento.
- (D) Uma das quatro esquinas que formam as ruas do Ouvidor e da Quitanda, cortando-se mutuamente, chamava-se nesse tempo o canto dos meirinhos; e bem lhe assentava o nome, porque era aí o lugar de encontro favorito de todos os indivíduos dessa classe (que gozava então de não pequena consideração).
- (E) Espiar a vida alheia, inquirir dos escravos o que se passava no interior das casas, era naquele tempo coisa tão comum e enraizada nos costumes, que ainda hoje, depois de passados tantos anos, restam grandes vestígios desse belo hábito.

7

Leia o seguinte trecho do escritor inglês Aldous Huxley.

O homem que pretende ser sempre coerente no seu pensamento e nas suas decisões morais ou é uma múmia ambulante ou, se não conseguir sufocar toda a sua vitalidade, um monomaniaco fanático.

Sobre o significado ou a estruturação do texto, é correto afirmar que

- (A) infere-se do pensamento expresso no trecho que o homem é sempre incoerente em seu pensamento e decisões.
- (B) a comparação com uma “múmia ambulante” se justifica pela perda da vida interior.
- (C) a mania única aludida no texto é a de estar sempre à procura de tornar-se incoerente.
- (D) a visão negativa do homem na frase é decorrente de sua vontade deformada de ser incoerente em suas ações.
- (E) segundo o texto, se o homem não conseguir sufocar toda a sua vitalidade, o homem vira uma múmia ambulante.

8

A gramática, a mesma árida gramática, transforma-se em algo parecido a uma feitiçaria evocatória; as palavras ressuscitam revestidas de carne e osso, o substantivo em sua majestade substancial, o adjetivo, roupa transparente que o veste e colore como um verniz, e o verbo, anjo do movimento que dá impulso à frase. (Baudelaire)

Sobre essa frase, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ao dizer que o verbo é o anjo do movimento, o autor se refere a todos os verbos da classe por meio de sua característica básica.
- (B) Ao usar a metáfora “roupa transparente”, o autor se refere ao fato de o adjetivo determinar o substantivo, dando-lhe qualidades, características ou relações.
- (C) Ao afirmar que o adjetivo veste e colore o substantivo “como um verniz”, Baudelaire se refere à inutilidade semântica do adjetivo.
- (D) Ao dizer que o substantivo mostra “majestade substancial”, o autor aponta para o fato de o substantivo ser a palavra mais simples da frase.
- (E) Ao empregar a metáfora de “feitiçaria” para o trabalho da gramática, o autor cita a propriedade que tem a gramática de mudar as classes das palavras.

9

O pacifista não é uma pessoa que se recusa a combater. É uma pessoa que não quer combater na primeira guerra que aparecer. Que quer escolher a guerra em que irá combater.

Assinale a opção que indica uma observação **incorreta** sobre a significação e a estruturação do texto acima.

- (A) As expressões “que se recusa a combater” e “não quer combater” expressam a mesma ideia.
- (B) O texto se estrutura na base de uma oposição entre o que “não é” e “é” o pacifista.
- (C) Em lugar da expressão “que não quer combater”, entre os dois últimos períodos do texto, poderia haver adequadamente a forma “ainda que não queira”.
- (D) Um aspecto negativo na construção do texto é a repetição do verbo “combater” em três oportunidades.
- (E) O texto se estrutura em forma de uma definição, diferente da definição clássica, do que seja um pacifista.

10

A frase em que seria mais adequado o emprego do pronome indefinido “*mais*” em lugar do adjetivo “*maior*” é:

- (A) Para ver maiores detalhes, veja o vídeo anexo.
- (B) Se deseja maiores quantias, trabalhe mais.
- (C) Uma estátua de maior tamanho custa muito caro.
- (D) Na fronteira, o rio atinge maior largura.
- (E) Todos almejam maior salário, ao trabalharem.

Raciocínio Lógico-matemático

11

Sejam A, B e C números inteiros e positivos tais que $A \times B = 20$ e $A \times C = 36$.

A soma $A + B + C$ vale

- (A) 20.
- (B) 30.
- (C) 40.
- (D) 50.
- (E) 60.

12

Os achocolatados são misturas compostas por leite desidratado, chocolate em pó, açúcar e aditivos.

Em sua composição, o achocolatado X tem 76 gramas de chocolate em pó e 12 gramas de açúcar, que correspondem a 6% da massa total de X.

O fabricante do achocolatado X pretende aumentar a massa total do produto acrescentando 50 gramas de leite desidratado e nada mais.

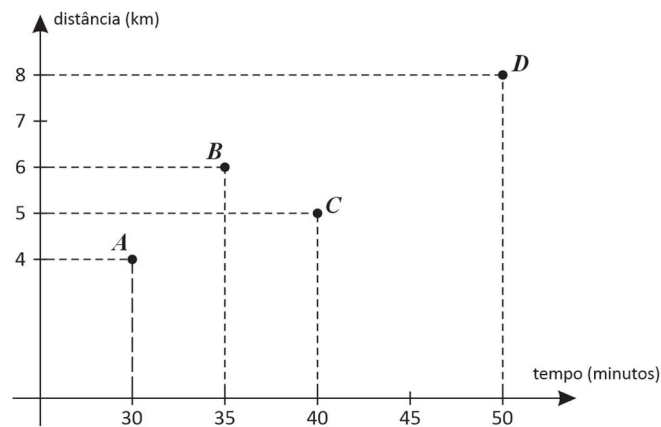
Essa modificação na composição do produto fará com que a porcentagem de chocolate em pó, com relação à massa total de X, sofra redução de

- (A) 7,4%.
- (B) 7,5%.
- (C) 7,6%.
- (D) 7,8%.
- (E) 8,0%.

13

Silvana iniciou um treinamento com o objetivo de participar de uma prova de corrida.

Ela registrou, em um plano cartesiano, a distância percorrida (em quilômetros) e o respectivo tempo gasto (em minutos), em cada um dos quatro primeiros dias de treinamento.



Cada ponto no gráfico corresponde aos registros de um dia de treino.

Sabe-se que, ao longo dos quatro dias, a razão distância/tempo foi estritamente crescente.

Colocando-se esses pontos em ordem cronológica, obtém-se

- (A) C – A – D – B.
- (B) B – A – C – D.
- (C) C – D – A – B.
- (D) B – C – A – D.
- (E) A – B – C – D.

14

Em um Tribunal, está em vigor uma normativa referente ao uso de crachás para identificação dos indivíduos nas suas dependências.

Dentro desse Tribunal:

- juízes podem não portar crachás;
- advogados devem portar crachás;
- não-juízes e não-advogados não podem portar crachá.

Qualquer pessoa, para entrar no Tribunal, é associada a uma única categoria entre as três citadas.

Em certo momento, duas pessoas estão paradas, conversando no corredor interno do Tribunal: uma com crachá e, a outra, sem.

Sobre essas duas pessoas, é correto afirmar que

- (A) ambas são juízes.
- (B) uma delas não pode ser juiz.
- (C) pelo menos uma é juiz.
- (D) ambas não são juízes.
- (E) uma delas pode não ser juiz.

15

Um barco está parado em um ponto A e começa a navegar, em linha reta, até um ponto B, a 20 km de distância, de modo que esse trajeto faz 20° , no sentido horário, com o Norte geográfico.

Ao chegar ao ponto B, esse barco para, muda a sua rota e começa a navegar, em linha reta, até um ponto C, a 15 km de distância, de modo que esse trajeto faz 125° , no sentido horário, com o Norte geográfico.

O ângulo formado pelos segmentos imaginários AB e BC é de

- (A) 60° .
- (B) 65° .
- (C) 70° .
- (D) 75° .
- (E) 85° .

Conhecimentos Específicos Básicos

16

A informação de que Pedro, servidor público federal de escalão hierárquico superior, teria praticado uma infração disciplinar, chegou ao conhecimento da autoridade competente.

Além de ser informado por seus assessores imediatos sobre a necessidade de instaurar o respectivo processo administrativo disciplinar, também lhe foi sugerida a possibilidade de afastamento preventivo, em razão do risco de que ele influísse na apuração do ilícito administrativo.

Em relação ao sugerido afastamento de Pedro, considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) É vedado, considerando a presunção de inocência.
- (B) Pode se estender pelo prazo máximo de cento e oitenta dias.
- (C) Caso seja decretado, acarretará a suspensão da remuneração durante a sua vigência.
- (D) Somente é possível em se tratando de infração disciplinar que possa acarretar a sanção de demissão.
- (E) Deve cessar, uma vez ultrapassado o limite temporal fixado em lei, ainda que não concluído o processo disciplinar.

17

Ao apreciar recurso interposto contra o juízo monocrático de primeira instância, o relator, no âmbito da Turma competente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24), a partir de requerimento do Ministério Público, entendeu que se tratava de hipótese de assunção de competência.

Nessa situação, à luz do Regimento Interno do TRT-24, assinale a afirmativa correta.

- (A) A análise do recurso deve ser suspensa até que o Tribunal Pleno aprecie a matéria de direito.
- (B) O Tribunal Pleno, preenchidos os requisitos exigidos, irá julgar o recurso interposto.
- (C) O entendimento da Turma dará origem à instauração de requerimento de edição de súmula pelo Tribunal Pleno.
- (D) Os demais processos sobre a mesma matéria em tramitação, na área de jurisdição do TRT-24, devem ser suspensos.
- (E) O entendimento da Turma, sobre a questão de direito, deve ser aplicado aos demais processos que tenham por objeto a mesma questão de direito.

18

Em determinado processo judicial que se encontra em tramitação no âmbito de uma Vara do Trabalho localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, a reclamante entendeu que o Juízo praticou ato que configurava erro de procedimento, o que, ao seu ver, deveria ser regularizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24)

Sobre a situação descrita, à luz do Regimento Interno do TRT-24, é cabível, no prazo de 8 (oito) dias, preenchidos os demais requisitos exigidos,

- (A) a reclamação.
- (B) a correição parcial.
- (C) o recurso ordinário.
- (D) o pedido de providências.
- (E) o mandado de segurança.

19

João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no Tribunal Regional do Trabalho da Região X, em razão de patologia estritamente relacionada ao exercício funcional, teve deferida a aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.

Em momento posterior, constatou-se a acentuada regressão da referida patologia, o que acarretou o restabelecimento da capacidade laborativa do servidor, ainda que em intensidade um pouco inferior à originária. Por tal razão, a Administração Pública decidiu que João deveria retornar ao serviço ativo.

Sobre a hipótese, à luz da Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) João deve ocupar algum cargo da mesma carreira do cargo originário.
- (B) João deve retornar ao cargo que ocupava por ocasião da aposentadoria.
- (C) Caso inexistir cargo vago, João deve ser posto em disponibilidade.
- (D) Caso inexistir cargo vago, deve ser postergado o retorno de João ao serviço ativo.
- (E) Caso inexistir cargo vago, João exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

20

Maria, servidora pública federal, recebia auxílio-moradia em razão da inexistência de imóvel funcional disponível na localidade em que estava lotada, além de preencher os demais requisitos exigidos na sistemática vigente.

Sobre a hipótese, considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) O auxílio tem a natureza jurídica de adicional.
- (B) O auxílio tem a natureza jurídica de gratificação.
- (C) O valor do auxílio é estabelecido apenas em regulamento.
- (D) O auxílio se incorpora ao vencimento de Maria, nas situações indicadas em lei.
- (E) No caso de falecimento de Maria, o auxílio continuará sendo pago por um mês.

21

A sociedade empresária *Alfa* foi condenada, em reclamação trabalhista ajuizada por um ex-empregado, em determinada Vara do Trabalho situada no Estado de Mato Grosso do Sul. O valor da condenação foi de oito vezes o salário mínimo regional.

Apesar de não ter interposto qualquer recurso contra essa condenação, decidiu ajuizar, no prazo legal, ação rescisória visando ao reconhecimento da nulidade da respectiva sentença, invocando um dos permissivos previstos na legislação de regência.

Sobre a situação descrita, à luz do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, assinale a afirmativa correta.

- (A) A impugnação do valor atribuído à causa integrará o processo principal.
- (B) Não é cabível o ajuizamento da ação rescisória, considerando o órgão prolator da decisão rescindenda.
- (C) A ação rescisória tramitará independente do depósito de qualquer valor ou do pagamento de custas.
- (D) Da decisão que venha a ser proferida caberá recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) Caso *Alfa* venha a recorrer do acórdão que seja proferido para o Tribunal Superior do Trabalho, deve realizar o depósito do valor da condenação.

22

Foi identificado o desaparecimento dos autos eletrônicos do Processo nº X, que se encontravam em tramitação no âmbito de uma das turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24).

Em relação à respectiva restauração, à luz do disposto no Regimento Interno do TRT-24, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação será cadastrada como processo novo.
- (B) O auto de restauração será homologado pelo relator.
- (C) O requerimento será vinculado ao processo desaparecido.
- (D) O auto de restauração será assinado pelo diretor da secretaria.
- (E) O relator determinará que os autos sejam encaminhados ao Juízo de origem para anexar os documentos de que dispuser.

23

Em processo administrativo disciplinar foi identificado que João, servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo, tem uma inassiduidade habitual, o que vinha causando prejuízo ao regular funcionamento da atividade desenvolvida pela Administração Pública Direta em prol da coletividade.

Sobre a sanção a ser aplicada a João, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 8.112/1990), assinale a afirmativa correta.

- (A) Multa.
- (B) Demissão.
- (C) Advertência.
- (D) Suspensão de até quinze dias.
- (E) Suspensão, sendo possível a sua conversão em multa, na base de 50% por dia de vencimento.

24

Pedro, servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo, passou a responder a sindicância em razão da alegada prática de infração disciplinar.

Ao tomar conhecimento da instauração da sindicância, Pedro consultou a Lei nº 8.112/1990 em relação aos seus possíveis efeitos e concluiu corretamente que esse tipo de expediente

- (A) pode redundar na sua destituição do cargo em comissão.
- (B) pode resultar na aplicação de suspensão de até trinta dias.
- (C) deve ser necessariamente conduzido por comissão composta por três servidores estáveis.
- (D) é o processo administrativo disciplinar que pode redundar na aplicação de qualquer sanção que não a demissão.
- (E) pode instrumentalizar a instauração de processo administrativo disciplinar, não sendo um fim em si mesmo.

25

Maria, que residia na localidade X e não ocupava nenhum cargo público de provimento efetivo, foi nomeada para ocupar cargo em comissão no âmbito da Administração Pública Indireta do Poder Executivo Federal, sendo lotada na localidade Y. Em razão dessa nomeação, Maria precisou mudar de domicílio.

Ao analisar a sistemática da Lei nº 8.112/1990, Maria concluiu corretamente que

- (A) faz jus à ajuda de custo, caso tenha sido nomeada para cargo de direção.
- (B) faz jus à ajuda de custo em importância não superior a três meses de remuneração.
- (C) a soma da ajuda de custo à remuneração regular não pode exceder o teto remuneratório constitucional.
- (D) não faz jus à ajuda de custo, que é devida apenas aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.
- (E) faz jus à ajuda de custo, mesmo que seu cônjuge ou companheiro, caso seja servidor federal, também venha a recebê-la em razão da mudança de domicílio.

26

A gestão de resultados nos serviços públicos busca eficiência, transparência e atendimento às demandas sociais por meio de monitoramento e avaliação contínuos.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, itens da agenda para a estruturação da gestão de resultados na produção de serviços públicos.

- (A) Foco nos resultados e políticas públicas formuladas a partir de processo de organização governamental.
- (B) Caráter centralizado da tomada de decisão e flexibilização de recursos com cobrança de responsabilidade de gestores.
- (C) Utilização de planejamento estratégico nas organizações públicas e otimização dos processos administrativos.
- (D) Mudanças metodológicas no processo de formulação do orçamento privado e sistemas de monitoramento da gestão, prestação de contas e avaliação.
- (E) Desenvolvimento de indicadores que permitam medir o insumo da ação governamental e indicar os desvios para introdução de medidas preventivas.

27

A gestão de desempenho compreende planejamento, organização, supervisão e controle para entregar excelentes resultados.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, os processos da gestão de desempenho e respectivas funções típicas.

- (A) Planejamento: fixação de objetivos e definição de planos. Organização: implementação e infraestrutura de trabalho. Supervisão: comunicação e orientação para equipe. Controle: indicadores de desempenho e criação de valor.
- (B) Planejamento: criação de valor. Organização: alocação de recursos. Supervisão: fixação de objetivos. Controle: implementação de sistemas de informação.
- (C) Planejamento: definição de metas e planos de trabalho. Organização: execução de tarefas e controle de resultados. Supervisão: análise de competências. Controle: comunicação com a equipe.
- (D) Planejamento: avaliação de competências. Organização: gestão de pessoas. Supervisão: avaliação de resultados. Controle: treinamento e desenvolvimento.
- (E) Planejamento: distribuição de tarefas. Organização: análise de indicadores. Supervisão: criação de métricas. Controle: gestão de sistemas de informação.

28

A Gestão por Projetos organiza esforços temporários para atingir objetivos definidos, com uso de metodologias e ferramentas que garantem planejamento, execução, controle e encerramento alinhados às metas organizacionais.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o documento que sintetiza as condições e os parâmetros-chave para o projeto e estabelece a estrutura para o desenvolvimento de um plano-base para a sua realização.

- (A) Síntese de plano-base.
- (B) Pedido de proposta de cliente.
- (C) Termo de abertura.
- (D) Escopo do projeto.
- (E) Termo de encerramento.

29

A Gestão de Riscos busca identificar, analisar e mitigar ameaças potenciais, garantindo a resiliência e a sustentabilidade da organização.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o *risco de conformidade*.

- (A) Trata-se do risco de perdas financeiras geradas por falhas tecnológicas, como interrupções em sistemas e ataques cibernéticos.
- (B) Representa a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de leis, normas e regulamentos, internos ou externos, podendo afetar financeiramente a organização.
- (C) Refere-se ao risco associado à variação de mercado e às flutuações cambiais, que impactam diretamente o desempenho financeiro da organização.
- (D) Diz respeito aos riscos operacionais relacionados à má alocação de recursos humanos e à deficiência na comunicação interna.
- (E) Está ligado exclusivamente à gestão de contratos e ao descumprimento de cláusulas contratuais por parte de fornecedores terceirizados.

30

A Administração Pública, como organização formal moderna, apresenta características básicas como divisão do trabalho, hierarquia funcional, formalização de regras, impessoalidade e busca pela eficiência na prestação dos serviços públicos.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, uma característica das organizações formais modernas no âmbito da Administração Pública.

- (A) Os clientes internos não influenciam os processos organizacionais, pois seu papel está restrito ao consumo dos produtos finais da organização.
- (B) Departamentos, divisões e seções não são considerados unidades organizacionais por não estarem diretamente ligados à alta gestão.
- (C) A departamentalização por cliente é característica das estruturas informais e não se aplica à Administração Pública.
- (D) Unidades organizacionais, como grupos de trabalho e seções, podem funcionar tanto como fornecedores quanto como clientes internos, conforme o fluxo de processos internos.
- (E) A estrutura organizacional da Administração Pública não permite a existência de fornecedores internos, pois todos os insumos provêm do setor privado.

Conhecimentos Específicos Avançados

31

As certidões e os autos de arrematação, adjudicação, reintegração e imissão devem refletir os princípios da fé pública, da objetividade, da completeza e da impessoalidade.

Assinale a opção que apresenta corretamente a aplicação do *princípio de impessoalidade*.

- (A) Garante que os atos administrativos sejam personalizados conforme o entendimento do servidor responsável pela sua emissão, desde que haja fundamentação técnica.
- (B) Permite a promoção pessoal de autoridades públicas, desde que vinculada a ações administrativas relevantes.
- (C) Limita-se, nas certidões e autos, à linguagem utilizada, não influenciando o conteúdo ou os efeitos do ato.
- (D) Determina que os atos administrativos não devem visar beneficiar ou prejudicar pessoas específicas, devendo ser atribuídos à entidade pública e não ao agente individual.
- (E) Impede que a Administração Pública utilize modelos padronizados de certidões e autos, pois isso compromete a análise individualizada de cada caso.

32

O princípio da celeridade processual encontra fundamento no Art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, que garante a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Assinale a opção que apresenta corretamente um exemplo que reflete a aplicação do *princípio da celeridade processual*.

- (A) A administração utiliza plataformas eletrônicas para recebimento e análise de propostas em licitações, reduzindo o tempo de tramitação.
- (B) Um órgão público exige diversas vias físicas de um mesmo documento, mesmo quando há versão digital disponível.
- (C) Um processo é interrompido por tempo indefinido devido à ausência de um servidor em férias.
- (D) A tramitação de processos é feita exclusivamente de forma presencial, com prazos longos e pouca previsibilidade.
- (E) Um edital é redigido com linguagem excessivamente técnica, dificultando a participação de interessados e atrasando o certame.

33

Os Oficiais de Justiça devem atuar com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, garantindo a lisura e a eficácia dos atos processuais.

Assinale a opção que apresenta corretamente o princípio que exige que o agente público atue com o melhor desempenho possível e que a Administração Pública seja organizada de forma a alcançar os melhores resultados na prestação dos serviços públicos.

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Publicidade.
- (E) Eficiência.

34

A atividade do Oficial de Justiça Avaliador é guiada por princípios fundamentais como a fé pública, a imparcialidade, a boa-fé, a celeridade, a probidade, a eficiência, a transparência e a legalidade estrita, assegurando a correta e justa execução das ordens judiciais.

Assinale a opção que apresenta corretamente o princípio que envolve um aspecto objetivo – relacionado à conduta leal e honesta – e um aspecto subjetivo – referente à convicção do agente de estar agindo de forma correta.

- (A) Fé pública.
- (B) Imparcialidade.
- (C) Boa-fé.
- (D) Celeridade.
- (E) Transparência.

35

Joaquim, empresário do ramo de móveis planejados, firmou contrato de prestação de serviços, em janeiro de 2015, com a sociedade empresária *Design Total Ltda.*, especializada em *design* de interiores, para elaboração de projetos exclusivos para os clientes de sua loja. O contrato previa pagamento mensal e duração indeterminada, com cláusula de rescisão unilateral mediante aviso prévio de 30 dias.

Em março de 2017, após divergências comerciais, a sociedade empresária *Design Total Ltda.* cessou as entregas dos projetos, encerrando de fato a relação contratual, embora não tenha formalizado a rescisão. Joaquim, sentindo-se prejudicado, decidiu ajuizar ação de indenização por perdas e danos contra a sociedade empresária apenas em agosto de 2023.

Sobre a hipótese, considerando as regras de prescrição do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A pretensão de Joaquim prescreve em 10 anos, conforme regra geral do Art. 205 do Código Civil.
- (B) A ação de indenização por inadimplemento contratual prescreve em 3 anos, conforme Art. 206, §3º, inciso V, do Código Civil.
- (C) A pretensão de Joaquim está prescrita, pois o prazo de 5 anos para a reparação contratual começou a correr a partir da assinatura do contrato, em 2015.
- (D) A prescrição é de 1 ano, pois se trata de prestação de serviço, nos termos do Art. 206, §1º, inciso II, do Código Civil.
- (E) A prescrição é de 3 anos, contados da data da assinatura do contrato, por analogia com o prazo de reparação civil extracontratual.

36

Paulo outorgou, por instrumento particular com firma reconhecida, mandato à sua amiga Carla, conferindo-lhe poderes gerais para administrar seus bens enquanto estivesse em viagem internacional de longa duração. A procuração não continha poderes expressos para alienação de bens.

Durante esse período, Carla vendeu um automóvel de propriedade de Paulo a um terceiro, João, agindo como sua procuradora. No contrato de compra e venda, Carla assinou expressamente em nome de Paulo, declarando atuar como sua mandatária.

Ao retornar ao Brasil, Paulo, inconformado com a alienação, moveu ação para reaver o automóvel, sustentando que Carla não possuía poderes específicos para vender o bem, tornando o ato ineficaz. João, por sua vez, alegou boa-fé e exigiu que Carla fosse responsabilizada por eventuais perdas e danos.

Considerando os dispositivos legais aplicáveis ao contrato de mandato e à responsabilidade do mandatário perante terceiros, assinale a afirmativa correta.

- (A) Carla não possui qualquer responsabilidade perante João, pois agiu em nome de Paulo, e é este quem responde pelos atos praticados no mandato, ainda que sem os poderes necessários.
- (B) Carla responde pessoalmente perante João, pois agiu além dos poderes conferidos e não cabe ao terceiro verificar o conteúdo da procuração apresentada.
- (C) Carla não responderá pessoalmente a João, pois os atos praticados em nome do mandante, mesmo que extrapolados, obrigam apenas o mandante, sendo o terceiro responsável por sua própria diligência.
- (D) Carla será considerada mera gestora de negócios, uma vez que excedeu os poderes conferidos na procuração e o ato de alienação é ineficaz em relação a Paulo enquanto ele não o ratificar.
- (E) Carla não pode ser responsabilizada, pois a venda de bem móvel não exige poderes especiais do mandatário, sendo suficiente a outorga de poderes gerais de administração.

37

Carlos tem 17 anos de idade e foi emancipado por seus pais por meio de instrumento público, após começar a trabalhar como programador autônomo e passar a sustentar-se com seus próprios rendimentos.

Certo dia, ele pretendeu celebrar um contrato de prestação de serviços em nome próprio, mas o contratante questionou se Carlos teria capacidade para assumir obrigações jurídicas.

Considerando as disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Carlos é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e seus pais devem representá-lo em todos os contratos.
- (B) Como Carlos é menor de 18 anos, é relativamente incapaz e necessita de assistência dos pais para celebrar contratos.
- (C) A emancipação somente tem validade se for concedida por sentença judicial, com homologação do Ministério Público.
- (D) A emancipação conferida a Carlos é válida e o torna plenamente capaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil, inclusive celebrar contratos.
- (E) Carlos apenas poderá celebrar contratos se estiver casado, pois o casamento é o único modo de cessar a incapacidade civil antes dos 18 anos.

38

A respeito do que dispõe o Código de Processo Civil sobre a *intervenção de terceiro*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo e será resolvido por meio de sentença.
- (B) O *amicus curiae* não está autorizado a recorrer das decisões proferidas no processo em que estiver atuando, ainda que se trate de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- (C) Ainda que uma autarquia federal seja admitida para atuar como *amicus curiae* em feito que tramita na justiça estadual, tal fato, por si só, não implicará a alteração de competência.
- (D) A decisão do relator que admite a participação de pessoa natural como *amicus curiae* desafia recurso de agravo interno.
- (E) É vedado ao terceiro juridicamente interessado intervir no feito para assistir uma das partes se o processo já se encontrar em segunda instância, com pendência de julgamento.

39

Maria ajuizou ação indenizatória contra Mário.

Após a determinação da citação do réu, a carta com aviso de recebimento retornou negativa, apontando que Mário não fora encontrado no local apontado pela autora como sendo sua residência. Ato contínuo, a autora requereu a citação de Mário por meio de Oficial de Justiça, pois suspeitava que ele estaria tentando se ocultar da justiça, o que foi deferido.

Diante de tal fato, Gabriela foi designada para atuar no caso, como Oficial de Justiça responsável pela citação do réu, ocasião em que compareceu ao endereço apontado como sendo a residência do réu e constatou que ali residia a sua esposa que informou desconhecer seu paradeiro, causando na servidora uma suspeita de ocultação.

Considerando o caso acima e o que dispõe o Código de Processo Civil a respeito da citação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Gabriela deverá, imediatamente, citar o réu na pessoa de sua esposa, em razão da suspeita de ocultação.
- (B) Gabriela deverá retornar ao local por mais uma vez e, constatando novamente a suspeita de ocultação do réu, deverá citá-lo na pessoa de sua esposa.
- (C) Gabriela deverá retornar ao local por mais uma vez e, constatando novamente a suspeita de ocultação do réu, deverá intimar a sua esposa de que, no dia seguinte, a qualquer hora do dia, voltará a fim de efetuar a citação.
- (D) Gabriela deverá retornar ao local por mais uma vez e, constatando novamente a suspeita de ocultação do réu, deverá intimar sua esposa ou qualquer pessoa de sua família ou qualquer vizinho, de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, designando hora específica para tal.
- (E) Gabriela deverá informar ao Juízo acerca da suspeita de ocultação do réu e aguardar que ele decida como se dará a próxima tentativa de citação.

40

Maurício ajuizou ação de cobrança de honorários advocatícios em face de Fernanda, requerendo o pagamento de valores relativos a serviços advocatícios por ele prestados, em razão de sua atuação como representante da ré em ação de divórcio.

Antes de determinar a citação da ré, o MM. Juízo observou que Maurício não requereu o benefício da gratuidade de justiça, nem recolheu as custas processuais referentes ao processo.

Diante deste cenário hipotético e à luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Diante da negligência de Maurício, o Juízo deverá extinguir o processo, sem resolução de mérito e determinar o cancelamento da distribuição.
- (B) O Juízo deverá determinar a citação da ré, uma vez que, por se tratar de cobrança de honorários advocatícios, Maurício está dispensado de adiantar o pagamento de custas processuais, cabendo ao réu suprir, ao final do processo, o seu pagamento, se a ele tiver dado causa.
- (C) O Juízo deverá intimar Maurício para adiantar o recolhimento das custas e, caso não o faça, deverá extinguir o processo, sem resolução de mérito e determinar o cancelamento da distribuição.
- (D) O Juízo poderá conceder, de ofício, gratuidade de justiça para Maurício, diante do dever de atender aos fins sociais e ao bem comum na forma do Art. 8º e do Art. 99, ambos do CPC.
- (E) O Juízo deverá determinar a citação da ré para apresentar defesa dentro do prazo legal e, ainda, para que recolha as custas processuais, uma vez que deu causa ao ajuizamento da ação, em razão do não pagamento dos honorários advocatícios para Maurício.

41

Genilson trabalhou numa sociedade empresária localizada em Corumbá/MS de janeiro de 2019 a julho de 2022, quando foi dispensado sem justa causa. Em maio de 2024, Genilson ajuizou reclamação trabalhista, tendo sido designada audiência para o dia 14 de setembro de 2024. Nessa audiência a empresa apresentou defesa sob a forma de contestação e reconvenção.

Considerando esses fatos e analisando a norma jurídica em tese, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pedido da reconvenção está prescrito.
- (B) Não cabe reconvenção na Justiça do Trabalho por falta de previsão legal.
- (C) A reconvenção pode ser admitida e o juiz deve apreciar o seu mérito.
- (D) É possível admitir-se a reconvenção desde que a empresa faça o recolhimento prévio das custas relativas a ela.
- (E) Em tese, será possível o manejo da reconvenção desde que o reclamante concorde com o seu ajuizamento.

42

Na 5ª Vara do Trabalho de Coxim/MS tramitam várias reclamações trabalhistas. Em uma delas, o reclamado é uma entidade sem fins lucrativos; em outra, o reclamado é um empregador doméstico; numa terceira ação, o reclamado é uma empresa de pequeno porte. Nas 3 ações, os pedidos foram julgados procedentes, e os reclamados pretendem recorrer.

Considerando esses fatos e o disposto na CLT, acerca do depósito recursal para viabilizar o conhecimento do recurso, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Todos os reclamados estarão isentos de recolher o depósito recursal.
- () Todos os reclamados deverão recolher o depósito recursal pela metade.
- () Apenas a empresa de pequeno porte recolherá o depósito recursal pela metade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) F – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

43

Em execução trabalhista que tramita na 7ª Vara do Trabalho de Jardim/MS, o juiz verificou pelas ferramentas disponíveis que o executado possuía três imóveis. Logo após o executado peticionou informando e comprovando documentalmente que reside sucessivamente nos três imóveis ao longo do ano, daí porque seriam impenhoráveis. Não há qualquer registro ou averbação no Registro de Imóveis a respeito.

Considerando esses fatos e a norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) A impenhorabilidade recairá sobre o imóvel de maior valor.
- (B) Nenhum dos imóveis será passível de penhora porque cada um deles é considerado bem de família.
- (C) A Lei determina que o executado escolha e indique um dos imóveis, para que ele seja penhorado.
- (D) A impenhorabilidade recairá sobre o imóvel de menor valor.
- (E) Havendo mais de um bem de família, qualquer deles poderá ser penhorado, pois o executado continuará tendo um imóvel.

44

Em reclamação trabalhista que tramita na 20ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS, dois reclamantes tiveram sucesso em suas ações. Inicialmente os dois reclamantes não haviam conseguido receber o crédito do devedor principal e, por isso, direcionaram suas execuções em 2025 contra o Município, tomador dos serviços e que acabou sendo condenado como responsável subsidiário pela dívida. O crédito do 1º exequente era de dois salários mínimos e o do 2º exequente, de 4 salários mínimos.

Assinale a opção que, de acordo com a norma de regência, indica corretamente como será feito o pagamento desses créditos.

- (A) Expedição de RPV para ambos os credores.
- (B) Expedição de precatório para ambos os credores.
- (C) Execução direta contra o Município em ambos os casos.
- (D) Expedição de RPV para o 1º exequente e de precatório para o 2º exequente.
- (E) Expedição de RPV para o 2º exequente e de precatório para o 1º exequente.

45

O Município de Caracol/MS foi vítima de chuvas torrenciais que abalaram as estruturas municipais. No âmbito privado, imperou o caos. A água invadiu diversos estabelecimentos, como foi o caso da Drogaria Caracol Ltda., que ficou completamente inundada, sendo perdidos todos os medicamentos e produtos de higiene e beleza.

O titular da drogaria constatou que não havia mais condições de prosseguir com o negócio, então encerrou as atividades e extinguiu todos os contratos de trabalho.

De acordo com a CLT, assinale a opção que indica corretamente a natureza da extinção desses contratos.

- (A) Distrato.
- (B) Força maior.
- (C) Fato do príncipe.
- (D) Resilição contratual.
- (E) Resolução contratual.

46

Dos requisitos indicados a seguir, assinale aquele que, de acordo com a atual CLT, não é necessário para que seja deferida a equiparação salarial entre dois empregados.

- (A) Mesma nacionalidade.
- (B) Mesmo estabelecimento.
- (C) Diferença de tempo na função inferior a dois anos.
- (D) Existência de pessoal organizado em quadro de carreira.
- (E) Tempo de serviço para o mesmo empregador inferior a quatro anos.

47

A respeito das condições de segurança e medicina no trabalho e dos equipamentos de proteção individual (EPIs), de acordo com a CLT e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- (A) A empresa pode cobrar pelo equipamento de proteção individual desde que o valor seja módico.
- (B) Se no local de trabalho houver dois agentes insalubres, o empregado tem direito ao recebimento de ambos os adicionais somados.
- (C) A eliminação da insalubridade, mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente, não exclui a percepção do respectivo adicional.
- (D) EPI é todo dispositivo ou produto, de uso coletivo, que protege mais de um trabalhador de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.
- (E) O equipamento de proteção só pode ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.

48

Das situações listadas a seguir, assinale a que, de acordo com a norma de regência, autoriza o saque total do FGTS depositado em conta vinculada.

- (A) Aposentadoria concedida pela Previdência Social.
- (B) Idade igual ou superior a sessenta e cinco anos alcançada pelo trabalhador.
- (C) Realização de distrato do contrato de trabalho por vontade de ambas as partes.
- (D) Pedido de demissão quando o empregado tiver mais de 12 meses no serviço.
- (E) Permanência do trabalhador, por dois anos ininterruptos, fora do regime do FGTS, com consequente inativação da conta.

49

Em 18 de janeiro de 2024, Angélica, sócia minoritária, foi excluída da sociedade Miranda, Bataporã, Terenos & Cia. Ltda, constituída em 2005 e com sede em Dourados/MS. A exclusão foi motivada por justa causa prevista no contrato social e aprovada por mais da metade do capital social, em reunião especialmente convocada para este fim e que contou com a presença de Angélica.

As quotas de Angélica foram liquidadas em apuração de haveres baseada no critério previsto no contrato e aprovada pelos sócios em fevereiro de 2024, mês em que Angélica recebeu o pagamento em dinheiro. A alteração contratual do quadro social, formalizando a resolução da sociedade, com redução do capital referente às quotas liquidadas, foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul em 17 de maio de 2024.

Em relação à responsabilidade de Angélica pelas obrigações que tinha como sócia, é correto afirmar que ela incide

- (A) apenas sobre as obrigações sociais anteriores à resolução da sociedade, pelo prazo de 2 (dois) anos após o arquivamento da alteração contratual na Junta Comercial.
- (B) tanto sobre as obrigações sociais anteriores quanto sobre as posteriores à resolução da sociedade, até o arquivamento da alteração contratual na Junta Comercial e pelo prazo de 5 (cinco) anos após a data da exclusão de Angélica.
- (C) tanto sobre as obrigações sociais anteriores quanto sobre as posteriores à resolução da sociedade, até o arquivamento da alteração contratual na Junta Comercial e pelo prazo de 2 (dois) anos desse evento.
- (D) apenas sobre as obrigações sociais anteriores à resolução da sociedade, pelo prazo de 1 (um) ano da data do pagamento do valor de liquidação das quotas de Angélica.
- (E) apenas sobre as obrigações sociais posteriores à data de resolução da sociedade, que será a data do arquivamento da alteração contratual na Junta Comercial, e desde que tenham sido contraídas no prazo de 3 (três) anos desse evento.

50

Duas execuções trabalhistas estão em curso em Varas do Trabalho na comarca de Campo Grande, figurando como parte executada na primeira ação a sociedade empresária Mundo Novo Global Tecnologia de Solo Ltda. e, na segunda ação, a sociedade empresária Mineração Juti S/A.

No curso da primeira execução, antes da realização da penhora, foi deferido o processamento da recuperação judicial da sociedade Mundo Novo Global Tecnologia de Solo Ltda. Na segunda execução, após a realização da penhora, foi decretada a falência da executada.

Considerando os efeitos da falência e da recuperação judicial sobre as execuções trabalhistas em curso, é correto afirmar que

- (A) ambas as execuções serão suspensas, sendo que na recuperação judicial a suspensão perdurará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.
- (B) apenas a segunda execução será suspensa, em razão da universalidade do juízo da falência; a primeira execução prosseguirá independentemente da recuperação judicial, pois o crédito trabalhista não se sujeita aos efeitos desse instituto em razão de sua natureza alimentar.
- (C) ambas as execuções serão suspensas pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ter prosseguimento se, ao final desse prazo, não for aprovado o plano de recuperação judicial (na primeira execução) ou se não tiver sido publicada a consolidação do quadro-geral de credores (na segunda execução).
- (D) apenas a primeira execução será suspensa pelo prazo improrrogável de 360 (trezentos e sessenta) dias; a segunda execução terá prosseguimento, pois é imune ao juízo universal da falência.
- (E) ambas as execuções serão suspensas, na recuperação judicial até a decisão da assembleia de credores sobre o plano e, na falência, até o encerramento da arrecadação, com juntada do inventário dos bens arrecadados pelo administrador judicial aos autos do processo.

51

Miguel foi contratado, em 2025, como carregador de rochas, em condições prejudiciais à saúde em seu grau mais elevado. Imaginando-se que Miguel dedique toda a sua vida profissional à mesma profissão, assinale a opção que indica, de acordo com a Lei, as condições mínimas que ele deve apresentar para requerer a aposentadoria especial.

- (A) 25 anos na atividade e 65 anos de idade.
- (B) 15 anos na atividade e 55 anos de idade.
- (C) 20 anos na atividade e 57 anos de idade.
- (D) 10 anos na atividade e 59 anos de idade.
- (E) 30 anos na atividade e 65 anos de idade

52

Havendo eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, assinale a opção que indica, de acordo com a Lei de Regência, a quem competirá a responsabilidade pela cobertura desse déficit.

- (A) À União.
- (B) Ao INSS.
- (C) Será dividido entre os Estados da Federação.
- (D) Será dividido entre os Estados e os Municípios.
- (E) Será dividido pelos segurados da Previdência Social.

53

Um dos princípios da Seguridade Social é o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa.

Neste sentido, assinale a opção que indica a estrutura do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), seu órgão de cúpula.

- (A) É bipartite, com participação de 12 representantes de trabalhadores e 12 do Governo nos órgãos colegiados.
- (B) É tripartite, com participação de 5 representantes de trabalhadores, 5 dos empregadores e 5 do Governo nos órgãos colegiados.
- (C) É tripartite, com participação de 8 representantes de trabalhadores, 8 dos empregadores e 10 do Governo nos órgãos colegiados.
- (D) É quadripartite, com participação de 5 representantes de trabalhadores, 5 dos empregadores, 5 dos aposentados e 6 do Governo nos órgãos colegiados.
- (E) É quadripartite, com participação de 3 representantes de trabalhadores, 3 dos empregadores, 3 dos aposentados e 6 do Governo nos órgãos colegiados.

54

Jéssica trabalha em uma empresa localizada em Paraíso das Águas/MS, recebendo 1 salário mínimo por mês e, em 2025, teve seu primeiro filho. Em razão disso, requereu ao setor de recursos humanos da empresa o pagamento do salário família.

Sobre esse direito previdenciário, de acordo com a norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) O salário família exige carência de 12 contribuições mensais.
- (B) A cota do salário família é incorporada ao salário para todos os fins, por ser salário.
- (C) O salário família não tem previsão na Constituição Federal, mas apenas em Lei ordinária.
- (D) O pagamento do salário família será feito até que o filho complete 14 anos de idade.
- (E) O salário família é devido, mensalmente, ao segurado empregado, exceto o doméstico.

55

Caio, empregador, agindo com dolo, cerceou o uso de qualquer meio de transporte por parte de João, trabalhador, além de se apoderar de documentos e objetos pessoais deste, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime de

- (A) redução à condição análoga à de escravo.
- (B) intimidação sistemática.
- (C) constrangimento ilegal.
- (D) tráfico de pessoas.
- (E) perseguição.

56

Matheus e Mário, agindo com dolo, subtraíram, mediante grave ameaça, consubstanciada na utilização de simulacro de arma de fogo, a quantia de dez mil reais que estava sendo transportada por João. Registre-se que a vítima se encontrava em serviço de transporte de valores, o que era de conhecimento dos agentes.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, assinale a opção que apresenta o crime pelo qual Matheus e Mário responderão.

- (A) Extorsão simples, com a incidência de duas causas de aumento de pena, em razão do concurso de pessoas e considerando que a vítima estava em serviço de transporte de valores, circunstância conhecida pelos agentes.
- (B) Extorsão qualificada, pois a vítima se encontrava em serviço de transporte de valores, circunstância conhecida pelos agentes, e com a incidência de uma causa de aumento de pena, em razão do concurso de pessoas.
- (C) Roubo simples, com a incidência de duas causas de aumento de pena, em razão do concurso de pessoas e considerando que a vítima estava em serviço de transporte de valores, circunstância conhecida pelos agentes.
- (D) Extorsão simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, pois a vítima se encontrava em serviço de transporte de valores, circunstância conhecida pelos agentes.
- (E) Roubo simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, pois a vítima se encontrava em serviço de transporte de valores, circunstância conhecida pelos agentes.

57

Lucas, agindo com dolo e valendo-se do anonimato, deu causa à instauração de inquérito policial contra Marcos, seu colega de trabalho, imputando-lhe a prática do crime de furto em detrimento da sociedade empresária *Alfa*, onde ambos trabalham. Registre-se que Lucas assim agiu mesmo sabendo ser Marcos inocente, com o objetivo de prejudicá-lo no ambiente laboral que compartilham.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Lucas responderá pelo crime de

- (A) denúncia caluniosa na modalidade simples, com a incidência de uma causa de diminuição de pena.
- (B) denúncia caluniosa na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- (C) comunicação falsa de crime, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- (D) comunicação falsa de crime, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena.
- (E) denúncia caluniosa na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena.

58

Matheus, reincidente em crime doloso, sócio da sociedade empresária *Alfa*, agindo com dolo, deixou de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos empregados da referida entidade privada, no prazo e na forma legal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Matheus deverá ser absolvido caso tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento, ainda que parcial, das contribuições recolhidas dos empregados.
- (B) O Juízo competente deverá absolver Matheus se o agente, após a deflagração da ação penal, de forma espontânea, efetuar o pagamento das contribuições devidas à Previdência Social.
- (C) Matheus não responderá na esfera criminal, em decorrência da atipicidade formal da conduta.
- (D) A conduta de Matheus caracteriza ilícito administrativo, mas não infração penal.
- (E) Matheus responderá pelo crime de apropriação indébita previdenciária.

59

João, agindo com dolo, frustrou, mediante fraude, direito assegurado pela legislação trabalhista em prejuízo de Maria, empregada que se encontrava grávida, com seis meses de gestação.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) João responderá pelo crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, na modalidade qualificada, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- (B) João responderá pelo crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- (C) João responderá pelo crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, na modalidade simples, sem causas de aumento de pena.
- (D) João não responderá criminalmente, em razão da atipicidade material da conduta perpetrada.
- (E) João não responderá por qualquer delito, por ausência de previsão legal expressa.

60

Após sofrer um acidente doméstico, sem qualquer relação com as suas funções laborais, Lucas, agindo com dolo, foi ao departamento de recursos humanos da sociedade empresária *Alfa*, onde atua, e inseriu declaração falsa de determinado documento particular, com o fim de responsabilizar a entidade privada pelo acidente sofrido.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, assinale a opção que indica o(s) crime(s) pelo(s) qual(is) Lucas responderá.

- (A) Falsificação de documento particular, na modalidade simples, e falsidade ideológica, na modalidade qualificada, em concurso.
- (B) Falsificação de documento particular, na modalidade qualificada.
- (C) Falsificação de documento particular, na modalidade simples.
- (D) Falsidade ideológica, na modalidade qualificada.
- (E) Falsidade ideológica, na modalidade simples.

Questão Discursiva

Em 10 de julho de 2023, Bruna, na qualidade de promitente compradora, e Rogério, na qualidade de promitente vendedor, firmaram instrumento particular de promessa de compra e venda, sem cláusula de arrependimento, tendo por objeto um imóvel residencial localizado em Campo Grande/MS, avaliado em R\$ 300.000,00.

A promessa de compra e venda continha a descrição do imóvel, valor, e as condições de pagamento, bem como estipulava que a escritura definitiva deveria ser lavrada até o dia 15 de janeiro de 2024, desde que o preço estivesse integralmente quitado. Em cláusula específica, previa que os bens imóveis que guarnecem o imóvel seriam considerados abrangidos na venda, ao passo que as pertencas móveis não a acompanhariam. O contrato foi registrado no cartório de Registro de Imóveis competente.

Bruna após cumprir pontualmente o cronograma de pagamento, quitando o valor total em 20 de dezembro de 2023, notificou extrajudicialmente Rogério para comparecimento ao cartório a fim de formalizar a escritura, mas ele alegou que os termos precisavam ser revistos, condicionando a outorga a uma complementação de preço. Informou ainda que havia removido os armários planejados e o fogão embutido, pois seriam pertences pessoais, não abrangidos pela promessa. Bruna não concordou com as novas condições apresentadas e exigiu a lavratura da escritura definitiva, mantidos todos os termos previamente pactuados.

Diante da situação hipotética e em conformidade com a legislação civil e processual aplicáveis, apresente solução para a controvérsia, indicando a quem assiste razão e abrangendo necessariamente e de forma justificada e fundamentada, os seguintes pontos:

- A) Se Rogério pode condicionar a lavratura da escritura definitiva aos novos termos por ele propostos, considerando as normas de direito material aplicáveis.**
- B) A qualificação jurídica da recusa imotivada de Rogério em outorgar a escritura definitiva e suas consequências jurídicas possíveis no plano material.**
- C) As providências a serem adotadas por Bruna para a garantia do seu interesse na lavratura da escritura definitiva.**
- D) As consequências jurídicas possíveis no plano processual diante da recusa de Rogério em outorgar a escritura definitiva.**
- E) A partir da indicação da natureza jurídica dos bens removidos e da cláusula contratual específica, indicar se Bruna pode exigir a restituição desses bens ou indenização.**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

